

34 Criação & Crítica

O QUE É A LITERATURA?
CECI N'EST PAS UNE QUESTION ¹

Fabrizio Uechi²

RESUMO: Neste ensaio, a pergunta fundamental dos estudos de literatura é posta em questão. O objetivo é tentar explorar as funcionalidades da literatura quando são evocados os “tempos autoritários”. Afinal, dizem que é sobretudo nestes momentos que se desponha na literatura o seu papel humanista de combate à “barbárie”. Mas o que de fato isso quer dizer numa sociedade que se caracteriza mesmo por atualizar ou produzir novas formas de subalternizar quem é excluído da norma, da identidade?

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Política; Identidade; Diferença; Barbárie.

WHAT IS LITERATURE?
CECI N'EST PAS UNE QUESTION

ABSTRACT: In this essay, the fundamental question of the studies of literature is inquired. The objective is to try to explore the functionalities of literature when “authoritarian times” are evoked. After all, it is said that it is predominantly in moments like these that the humanist role of literature emerges to fight “barbarism”. But what does this actually mean in a society that is characterized by updating or producing new ways of subalternizing those who are excluded from the norm, from identity?

KEYWORDS: Literature; Politics; Identity; Difference; Barbarity.

QU'EST-CE QUE LA LITTÉRATURE ?
CECI N'EST PAS UNE QUESTION

RESUME : Dans cet essai, la question fondamentale des études de littérature est mise en doute. L'objectif, c'est tenter d'explorer les fonctionnalités de la littérature lorsqu'on parle des « temps autoritaire ». Car on dit que c'est surtout dans ces moments-là que la littérature joue un rôle humanitaire de combattre la « barbarie ». Mais qu'est-ce cela veut dire en fait dans une société qui se caractérise par actualiser ou produire des nouvelles formes de subalterniser quiconque est exclu de la norme, de l'identité ?

MOTS-CLES : Littérature ; Politique ; Identité ; Différence ; Barbarie.

A frase que dá nome ao título deste ensaio não é uma pergunta. Afinal, não nos pergunta absolutamente nada. Pode até carregar consigo os elementos linguísticos básicos na língua portuguesa para essa formulação: inicia-se com um pronome interrogativo e finaliza-se com o ponto de interrogação. Mas não se constitui verdadeiramente como tal. Pode ter alcançado centralidade no campo dos estudos de

¹ Este ensaio é parte dos resultados de minha pesquisa de doutoramento, desenvolvida dentro do programa de Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo, por meio de financiamento CAPES.

² Doutorando e Mestre em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e licenciado em Letras pela mesma instituição, e bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). É membro do grupo de pesquisa Colonialismo e Pós-colonialismo em Português (DLCV/FFLCH/USP). Bolsista CAPES (2016/2018, 2019/2022). (fabruz@gmail.com)

34 Criação & Crítica

teoria literária³, a ponto de estar presente em muitos manuais introdutórios como a porta de entrada à tal disciplina. Mesmo assim, insisto em dizer que a frase não tem nada de questão em si. Ela, definitivamente, não se faz uma pergunta. Dito isso, ponho-me a reconhecer que, ao invocá-la, faço uso da velha estratégia discursiva, cuja importância é tamanha que há quem defenda (BLANCHOT, 2005, p. 148; DERRIDA, 2018, p. 59) só se poder falar em literatura, da forma como a concebemos⁴, depois de ela (a literatura) passar a se interrogar sobre a sua identidade. Logo, apesar de parecer que almejo desenvolver uma polêmica⁵ em torno da frase do título, ao recusar-lhe o tradicional tratamento adulatário esperado, não nego o enquadramento deste parágrafo inicial no topos da modernidade ocidental, na regra que nos recomenda sempre começar pelo começo, ainda que pela via de sua própria negação.

A propósito, esta introdução é inspirada pelo icônico quadro de René Magritte, *La trahison des images*, no qual vemos a imagem de um cachimbo seguida da inscrição “*Ceci n’est pas une pipe*” (“Isso não é um cachimbo”). Michel Foucault (2008) escreveu um livro a partir da pintura de Magritte, mostrando a multiplicidade de possibilidades interpretativas que a obra de arte nos proporciona. Já eu, no começo de minha análise, pareço seguir o caminho contrário ao do filósofo, ao olhar para “O que é a literatura?” e afirmar que isso não é uma pergunta, já que não pergunta absolutamente nada a ninguém, dando a entender que o assunto estaria encerrado. Entretanto, a discussão não morre aqui, pois quero dizer que se prevemos naquela velha frase uma dúvida é porque há tempos somos educados a lê-la dessa maneira. Novamente, não me refiro aos elementos ortográficos, embora lhes reconheça a participação na produção de tal efeito, mas sim ao que nós – principalmente, os “formados” no campo das disciplinas de humanidades – fomos pedagogicamente preparados para reconhecer, em toda pergunta, duas lições. A primeira, que a pergunta é sempre o fundamento de tudo, dentro de uma lógica sequencial e progressiva: como se as coisas do mundo fossem sempre respostas a uma pergunta, não necessariamente explícita em todos os momentos, caso em que precisa ser

³ Segundo Jacques Rancière (2009, p. 09), tal pergunta se tornou tão recorrente durante o século XX que, hoje, “ya nadie se atreve a plantear”. Pois, conforme Gérard Genette: “a preguntas necias no hay respuestas; entonces, la verdadera sabiduría residiría tal vez en no plantearlas”.

⁴ Se podemos confiar nos dicionários, como portadores dos significados de um tempo, hoje, literatura é “uso estético da linguagem escrita; arte literária”; “conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético, pertinente a um país, época, gênero etc.”; “ofício, trabalho do profissional de letras”; “conjunto de escritores, poetas etc. que atuam no mundo das letras”; “disciplina escolar composta de estudos literários” (HOUAISS, 2009, p. 118).

⁵ Segundo Foucault (2002, p. 17-18), o polemista é aquele que se vale de seus privilégios para promover uma espécie de guerra discursiva, cujo objetivo é defender o dogma, por meio da destruição do outro. Meu interesse é justamente oposto: é tentar permitir que a dúvida seja instalada dentro da instituição literária. Afinal, muitas vezes, os defensores da literatura tratam-na como um campo apriorístico do diálogo, para, justamente, fazendo uso dessa aparência, monopolizar a palavra, sob o pretexto tanto da liberdade de expressão quanto da (auto)defesa da instituição literária. Este ensaio é, afinal, um exercício de pôr em risco a literatura.

34 Criação & Crítica

desenterrada das camadas de significação. E a segunda lição aprendida seria a de que toda pergunta é o espaço sagrado de exercício de liberdade, um lugar privilegiado de manifestação da imaginação, onde ainda se resguardariam as condições essenciais para a proliferação infinita de ideias. Fomos ensinados a crer ser a pergunta um instrumento privilegiado dentro de nossa cultura: a chave que ainda nos possibilitará abrir todas as hermeticidades que compõem o “livro do mundo” (HEGEL apud RANCIÈRE, 2017), para, enfim, ser-nos revelado o maior de todos os segredos do universo, da humanidade, do homem ou sinédoque afim. E se assim o é, diante da frase “O que é a literatura?”, ou de qualquer outra que pareça questionar algo, a reação esperada se torna a de lhe oferecer uma resposta afirmativa, geralmente, pressuposta como expressão genuína da individualidade, pois derivaria da intervenção do instrumento considerado apropriado para provocar a manifestação do “gênio” (SCHILLER, 2017).

Somos seres que não admitem que uma pergunta fique sem resposta⁶, autoconvencidos de nunca ser em vão tal esforço, que ainda nos levará supostamente a conquistar a totalidade do conhecimento universal. E por pensarmos dessa maneira, é que me parece então nunca nos se despertar, ao menos de imediato, a vontade de questionar a pergunta. Preferimos seguir em frente, obedecer a esse *modus operandi* que nos libera da fase das interrogações para logo investirmos todo o nosso capital libidinal a este fim, fonte dos prazeres, que é o gozo em formular múltiplas soluções a um problema – ou, de maneira mais utópica, de ser reconhecido pela comunidade como o autor da solução “original”. Em outras palavras, é curioso notar que, via de regra, nós protejamos a pergunta de si mesma, não permitimos que ela mesma seja posta em questão. Se ela for sucedida por perguntas, a sensação é de desviarmos do caminho correto, de cometermos algum tipo de movimentação desnecessária, principalmente, quando a pergunta interrogada se enquadra na categoria das perguntas fundamentais, do tipo para a qual ordinariamente se dispensa saber donde surgiu, quando foi feita e quem a formulou – que é justamente o caso de “O que é a literatura?”. Talvez, esse comportamento seletivo, de eleger quais perguntas merecem ser pronunciadas e quais não, ele se deva ao fato de que, em nossa sociedade, toda fala esteja localizada dentro de uma relação de dominação, de disputas que se realizam a partir de uma ordem discursiva (FOUCAULT, 2010a), que estabelece as condições de construção de nossa realidade, por meio das quais negociamos, com os aparelhos de reconhecimento e legitimação da existência social, os termos de constituição de nossas identidades (PRECIADO, 2014; BUTLER, 2016), dentre os quais, o tempo e o espaço a ocupar, os papéis e as atividades a desempenhar perante

⁶ Nas palavras de alguém mais confiável: “se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber” (FOUCAULT, 2010b, p. 14).

34 Criação & Crítica

a comunidade (RANCIÈRE, 2018). Tudo, então, mostra-se interligado nesse mundo sem disciplina. Não mais à maneira clássica do rebanho, como se ainda houvesse sobre nós o domínio da figura humanoide de um deus velho, branco, de barbas grisalhas, a nos guiar pelo vale da perdição, mas sim como se nos conectássemos todos feito engrenagens, encaixadas umas nas outras, para formar uma grande maquinaria, tão onipresente quanto o mito judaico-cristão, que imporia às suas diversas partes os ritmos e as funções, os prazos de utilidade, as vias de manutenção e as condições para o descarte de cada uma – em termos alegóricos mais presentes, vivemos como se fôssemos um conjunto de dados que alimenta e é construído pelo big data. Ou seja, nós nos consideramos amantes da verdade, num mundo onde tudo se mostra encaixado ou conectado entre si, e ao mesmo tempo, tratamos a pergunta como algo vindo de “fora”, sem nos questionarmos onde fica esse espaço de neutralidade do qual ela migra para nos animar a consciência. Como podemos aceitar tal contradição? (essa também não é uma dúvida).

Ofereço uma explicação. Acredito que não seja difícil aceitar que toda pergunta traga previamente consigo os próprios modelos de resposta e certo ideal de interlocutor (RANCIÈRE, 2018). Pensemos tais premissas a partir do exemplo: um professor de uma universidade brasileira lança uma frase interrogativa relativa à disciplina a seus alunos da graduação; podemos dizer que ele a faça na expectativa de ser respondido dentro de um raio de possibilidades já mais ou menos imaginadas, que se alinham a certo conjunto de teorias que fundamentam o seu discurso. Eu finalizaria aqui a discussão caso optasse pelo argumento que defendesse ser referida expectativa nada mais do que a hipótese de solução ao problema proposto, categoria essa de ampla aplicação dentro da academia; todavia, o que é ela senão um tipo de destino imposto à palavra responsiva, que, semelhante ao herói mitológico, antes mesmo de nascer, já tem todos os caminhos da vida tracejados pelo desejo alheio, fora dos quais não se lhe reconhece glória. O que quero dizer com isso é que aquela aparente pergunta proferida em sala de aula precisa ser pensada considerando as condições em que ela ganha materialidade⁷, ou seja, dentro da sua relação enunciativa: afinal, ela é feita por alguém que detém o poder institucional de decidir sobre o futuro de outros, é formulada segundo critérios que constituem a gramática de um saber específico e é dirigida a espectadores localizados na base da pirâmide acadêmica. Ademais, no Brasil, em regra, acostumamos muito cedo a um tipo de experiência escolar, universalizada no território nacional através de uma pedagogia alinhada a princípios liberais, e que centraliza suas estratégias na figura do “mestre sábio” (RANCIÈRE, 2015), desse alguém que nunca pergunta de fato nada a ninguém,

⁷ Neste trabalho, utilizo a palavra “materialidade” no sentido proposto por Judith Butler: não de modo a reproduzir as clássicas dicotomias ideia x matéria, pensar x agir, mente x corpo, palavra x coisa, uma vez não haver uma realidade pré-discursiva. Todo pensamento, então, faz-se materialidade, na medida em que constrói a ação que faz o corpo interagir com e na realidade.

34 Criação & Crítica

uma vez pressuposto socialmente o seu talento em decifrar o que estaria inscrito na superfície de todas as coisas do mundo. Esse é o modelo de professor recuperado automaticamente em todo aquele que vem a ocupar tal lugar, pressupondo-se nele a capacidade de ler o sentido oculto nas palavras dos livros e as explicar aos alunos, considerados intelectualmente incapazes para fazer isso sozinhos. Logo, quando o mestre lança ao aprendiz uma pergunta a priori, a ordem discursiva nos faz entender que ela não é o compartilhamento de uma dúvida, e não se trata de mero recurso retórico para introduzir a explicação: trata-se mesmo de uma técnica pedagógica de produção do objeto ignorante, sem o qual não há como funcionar a lógica de progressão de inteligências. Afinal, em se tratando de uma construção, e não uma pré-disposição fisiológica, o mestre precisa de condições mínimas para performar a sua inteligência hierarquicamente superior, e uma das formas de conseguir isso é lançar a falsa dúvida, o falso convite de manifestação livre da inteligência ao aprendiz, que, ao tentar se pronunciar, aceitando os termos da discussão, acaba por cair no jogo da resposta impossível. Impossível visto que sua forma está condicionada às oscilações do desejo de quem a avalia. Assim, para o aprendiz, há apenas dois finais possíveis para a sua manifestação ser dada como legítima: a que se mostra como erro e a que se mostra como insuficiência, já que ambas tornam necessária a explicação subsequente do mestre, e, conseqüentemente, provam a dependência do aprendiz em exercer a própria leitura do mundo e de si. Em outras palavras, se o silêncio não é uma alternativa válida (pois implica outros tipos de sanções), o aluno, antes de se pronunciar, tenta ler, no pouco que o professor lhe oferece, as pistas que vão o ajudar a apostar no modelo de resposta que mais o aproxime deste tipo de discurso passível de reprodução unicamente pelos iniciados na disciplina. O consenso⁸ lhe recomenda cautela, a fim de que sua resposta à falsa questão não acabe por lhe expor mais do que o almejado, isto é, não acabe na revelação pública de uma deficiência técnica, de um excesso de imaginação ou, pior, de uma total inaptidão para estar naquele local. Portanto, dentro dessa relação de poder, o problema nunca está na dita pergunta – o fato de ela não perguntar absolutamente nada é normal neste ambiente – visto ser a resposta sempre inadequada: há uma estrutura hierarquizante a organizá-las entre si, de modo a estabelecer à primeira o lugar da expressão de sabedoria, e à segunda, a ideia do eterno exercício frustrado de buscar adivinhar o que o sábio deseja dizer. Do mestre, não se duvida nada e tudo o que diz é verdade, já do ignorante, espera-se somente o erro, a má compreensão da palavra. Faz parte dessa estrutura imaginar que tudo decorre da natureza dos atores, todavia, como dito, isso é resultado de uma construção social, de uma ordem

⁸ Neste trabalho, utilizo a palavra “consenso” no sentido dado por Jacques Rancière (2018): consenso enquanto tecnologia de produção do discurso de dominação, mas camuflado de “síntese” democrática.

34 Criação & Crítica

discursiva que valoriza a forma da pergunta vazia e menospreza o discurso que expressa dúvida⁹.

A partir do exemplo, acredito que possamos afirmar que, geralmente, uma pergunta nunca é uma mera pergunta: é sempre um caminho. Cujo ponto de partida é objeto de disputa entre os participantes do discurso, porquanto quem detém o monopólio de produzir a origem (arkhé) detém a priori o poder de significar, ressignificar ou mesmo destruir o caminho todo¹⁰. Desconfiar da pergunta é, por conseguinte, adotar para si um cuidado, um princípio metodológico de análise, cuja função mais importante – talvez a única – é lembrar dos riscos de se ignorar ou subestimar os elementos que participam da composição de um discurso – evidentemente, se o propósito não for o de conservar a lei. Em vista disso, pôr em questão a pergunta que dá nome a este ensaio, considerada como fundação do literário, é tentar realizar sobre ela duas etapas analíticas: a primeira, a de observar mais demoradamente as palavras que a compõem, e a segunda, subsequente, é a de tentar entender qual a funcionalidade de cada uma no conjunto. Tudo isso para chegar, quase automaticamente, numa resposta que eu poderia desde já a classificar como óbvia. Explico-me.

Quando olhamos para a sentença “O que é a literatura?”, notamos nela que o substantivo abstrato rouba para si toda a atenção da cena interpretativa: o pronome interrogativo, o verbo de estado e o ponto de interrogação ficam mesmo como meros assessórios da legibilidade linguística, como se fossem os assistentes de palco no grande monólogo da literatura. Porém, como depreendemos da leitura de Foucault (2010), na sociedade da ordem do discurso e da microfísica do poder, se você desconfia de algo, mas não sabe ao certo do quê, volte os seus olhos ao que está irreparável. Conselho semelhante nos daria José Saramago (2010, p. 09): “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. E, ora, desde os estudos mais basilares da nossa língua (CASTILHO e ELIAS, 2012, p. 184), sabemos que o verbo é uma categoria sintático-semântica de destaque em relação às demais, porque ele organiza e dá sentido à sentença. Assim, o monossilábico e reprodutivo “é” pode até parecer-nos inofensivo, ignorável ao lado da pentassilábica e desafiadora “literatura”, todavia, é justamente esse verbo, instalado no centro da “pergunta fundadora”, que determina o pressuposto para a construção de uma resposta possível, qual seja: o pressuposto de que a literatura tem um ser. Essa dedução, como havia avisado, é óbvia para tal

⁹ Como afirma bell hooks (2019, p. 27): “Nestes vinte anos de experiência de ensino, percebo que os professores (qualquer que seja sua tendência política) dão graves sinais de perturbação quando os alunos querem ser vistos como seres humanos integrais, com vidas e experiências complexas, e não como meros buscadores de pedacinhos compartimentalizados de conhecimento”.

¹⁰ “Como lembrou Hannah Arendt, essa palavra [arkhé] significa, em grego, tanto começo quanto comando. (...) A arkhé é o comando do que começa, do que vem primeiro. É a antecipação do direito de comandar no ato do começo e a verificação do poder de começar no exercício do comando” (RANCIÈRE, 2014, p. 53).

34 Criação & Crítica

contexto – afinal, “o que é?” é – e sendo assim, logicamente, põe em xeque a necessidade de tudo o que foi escrito até aqui, doravante sob o signo do dispensável, do prolixo, da enrolação. Todavia, perguntar pelo ser da literatura é sobretudo recorrer a um arquivo¹¹ monumental do saber que, desde Platão, vai defender que buscar conhecer o “ser” de algo é buscar uma unidade, uma essência, uma realidade que está para além da transitoriedade e da degradação impostas pelo tempo (LEOPOLDO E SILVA, 2012), e que se traduz, diante da diferença, como a determinação do que é a verdade (“ser”) e do que é a mentira (“não-ser”). A propósito, esse é mais ou menos o princípio por trás de muitas investigações no campo dos estudos literários que tentam, a partir do estabelecimento de uma trajetória histórica muito específica (ocidental), encontrar um conjunto de gêneros de escrita e temáticas – e de outros elementos ideológicos ou quase místicos¹² – em uma seleção de textos diversos, considerados modelos estéticos, e escritos por um rol muito seletivo de autores europeus e seus herdeiros; nessas histórias, elege-se uma arkhé, elege-se um telos, nacional e ao mesmo tempo universal, para chamar tudo isso de literatura, ou de “literalidade” – outro nome vago de uma suposta característica do texto artístico, que seria identificada por todo leitor formado segundo a lei –, mas que se mostra mesmo como sendo o absoluto platônico.

Tentar encontrar o “ser” da literatura é pressupor que há algo à espera de ser reconhecido. Afinal, conforme Platão (2017), o mundo são dois, o sensível e o inteligível, e a experiência, se não interessada na “mentira” do sofista, manifesta-se como a busca pela essência, guiada pelo filósofo. Retomando o exemplo dos alunos da FFLCH, é o mesmo que dizer que nunca há outra resposta senão a da hipótese intuída pelo professor. Afinal, o papel do sábio está em salvar a todos da falsidade das imagens, para os guiar em direção à verdade instalada para fora da caverna. Por isso, com o desejo fixo nesse propósito, é que olháramos para o que chamamos de passado, que é basicamente a história dos ricos (Saramago, 2013, p. 60; Rancière, 2014, p. 68), na ambição de apreender, diante de tantos textos diferentes, a luz irradiada do literário. Citamos frequentemente, e não à toa, as epopeias de Homero como as primeiras obras de literatura, sem mesmo nos questionarmos sobre a maneira como os povos helênicos as concebiam em seu presente. Houve quem dissesse (CARPEAUX, 2012, p. 19-20) que elas lhes serviram de livro pedagógico, de bíblia, e quem advogasse o oposto (PLATÃO, 2017), contestando-lhes a natureza para tal objetivo normativo, a fim de justificar a sua expulsão da pólis. Contudo, para

¹¹ Neste trabalho, utilizo a palavra “arquivo” no sentido dado por Jacques Derrida (2001): não se trata apenas do local de conservação dos documentos do passado, trata-se também de local de produção, que estabelece qual o conteúdo e a forma que deve adotar o que será escrito.

¹² É preciso lembrar que a literatura nasce no ambiente de uma Europa nacionalista do século XIX, com seus Estados preocupados em demonstrar, cada qual, a identidade de seu povo. E nesse processo de produção e naturalização desse “o que é ser francês”, “o que é ser alemão”, “o que é ser inglês” etc., forjam-se a literatura francesa, a literatura alemã, a literatura inglesa.

34 Criação & Crítica

a investigação do “ser” literário, esses são detalhes classificados como menores, transitoriedades e efemeridades da experiência interessantes a outro saber. Porque o verdadeiro investigador da natureza da literatura seria aquele que, a partir da sabedoria dos antigos, transmitida pelos códigos de poética e dos compêndios de retórica, devota-se à missão de reconhecer, em meio a tanta frivolidade transitória, a eternidade nos textos; é, então, através da força de sua fé – na existência da entidade literária – que o bom investigador nos revelaria a resposta à pergunta fundamental: o que é a literatura, senão essa fruição que não se esgota e que não se explica facilmente, mas se apreende por meio do exercício da leitura e da escrita corretas de textos que sempre espelham dentro de si as obras do passado.

Lançar-se nesse desafio ontológico da literatura é mesmo um aventurar-se por um caminho epistemológico cujo fim só pode ser sempre o mesmo: vislumbrar a substância. Substância que, em termos críticos, nada mais é do que um conjunto de atributos determinados pelas instituições de poder, que fazem algo ser reconhecido como uma coisa e não outra. Assim, interessante notar que, em nosso mundo, costuma-se reconhecer à literatura um papel nobre – ou, traduzido para o vocabulário mais em voga, um papel humanista. É a visão que encontramos quando Vargas Llosa (2009) afirma que a literatura “é, foi e continuará sendo, enquanto existir”, uma espécie de instrumento de conjuração das experiências humanas, por meio do qual todos os homens “se reconhecem e dialogam, independentemente de quão distintas sejam suas ocupações e seus desígnios vitais, as geografias, as circunstâncias em que se encontram e as conjunturas históricas que lhes determinam o horizonte”. Em contraste ao que o escritor liberal chama de “lixo impresso”, o texto literário desempenha um papel fundamental na conservação da humanidade, que se mostra como algo entre impedir que retornemos a um suposto tempo mítico da “comunidade de tartamudos e afásicos, atormentada por problemas terríveis de comunicação causados por uma linguagem ordinária e rudimentar”, e nos recordar de que “o mundo se acha mal-acabado [...] e de que poderia ser melhor, mais próximo dos mundos que a nossa imaginação e a nossa palavra são capazes de inventar”. Sem a literatura, alerta-nos, “o amor e a fruição não poderiam ser diferenciados daqueles que satisfazem os animais, não iriam além da mera satisfação dos instintos elementares: copular e devorar” (LLOSA, 2009).

Após falarmos de Platão, Llosa nos parece mesmo seguir à risca a cartilha da resposta ontológica: fala de um ser atemporal que se manifesta em todos os espaços e em todas as culturas, capaz de salvar o homem da própria ignorância de si e de seus instintos, para o guiar em direção ao humano. Por isso, pode causar estranheza quando proponho pensarmos que esse tipo de resposta não tem relação direta com seguir ou não o mestre da Academia, sendo mesmo o fruto do que se desenvolveu

34 Criação & Crítica

muito tempo depois¹³: e aqui, refiro-me ao que considero como uma espécie de subgênero de discurso, ao qual dou o nome de “defesa da literatura”. É como se se tratasse de um modo específico de organizar o discurso, em que os meios de sua produção acabam por obrigar, a quem faz uso dele, a defender a representação da substância do literário, a qual, evidentemente, não existe por si mesma, mas que, ao ganhar uma essência, passa a participar de um processo de reprodução de coesão social, que a faz circular dentro deste contexto em que, para existir (ser legível), tudo precisa se adequar à ordem discursiva das instituições de poder. Para se defender algo, exige-se de antemão que o defensor saiba o que é que defende; e eis a armadilha lógica instalada no interior do subgênero, que se vale da divisão entre objetividade (identidade) e caos (diferença). Talvez seja por isso que uma pessoa como Antonio Candido (2011), de posicionamentos políticos tão distantes ao de Llosa, vá fazer afirmações tão próximas às dele, ao escrever a sua defesa lírico-jurídica do direito à literatura¹⁴. Nas mãos do crítico marxista, a literatura é transformada em “manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” de entrega ao “universo da fabulação” (CANDIDO, 2011, p. 176), ela recebe o estatuto de “necessidade universal”, na medida em que participa profundamente da construção da personalidade, dando “forma aos sentimentos e à visão do mundo”. Segundo Candido, a literatura “nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza” (CANDIDO, 2011, p. 188). E mesmo querendo demonstrar-se sensível à existência de diferentes manifestações culturais, ao afirmar que o primitizado “canto do índio” também participa do escopo da fabulação universal¹⁵, apesar disso, o crítico marxista,

¹³ Muito tempo depois, pois aconteceram mudanças significativas no pensamento filosófico ocidental, como Descartes, Kant, Hegel, Marx. Ademais, é preciso considerar que a literatura tem seu surgimento no século XIX, momento em que vai desempenhar um papel institucional, no caso específico brasileiro, de “celebrar e inculcar os valores cristãos e a concepção metropolitana de vida social, consolidando não apenas a presença de Deus e do rei, mas o monopólio da língua” (CANDIDO, 2007, p. 14). Ou seja, a literatura desempenha, nesse momento, a função de construir a unidade nacional, esse “espírito” que permitiria distinguir um povo soberano de outro. E nesse contexto é que se passa a questionar o que a literatura deve ter para ser.

¹⁴ Chamo de “defesa lírico-jurídica do direito à literatura” por conta da maneira como o texto “O direito à literatura”, de Candido, é apresentado: como a defesa da inclusão do ensino da literatura no currículo escolar brasileiro, no período do fim da ditadura militar. Seu texto é lido por muitos com essa ênfase da função da literatura como instrumento de humanização (Moraes, 2017, p. 42). Também faço uma pequena brincadeira com a formação de Candido, que também cursou a graduação em direito, vindo a largá-la em seu ano derradeiro.

¹⁵ O conceito de literatura em Candido, notadamente em “O direito a literatura”, está estruturado em torno do binarismo Natureza x Cultura (e suas derivações, como: corpo x espírito, popular x erudito etc.). O crítico marxista opõe o que vai chamar de literatura lato sensu, na qual estará o “canto do índio” e tantas outras expressões de caráter “folclórico”, “primitivo”, mais ligadas ao instinto, à Natureza; ao que vai chamar de literatura stricto sensu, ou seja, a arte da escrita estilizada, fruto do trabalho do escritor educado em uma cultura avançada, de um mundo “civilizado”. Segundo Anita Martins Rodrigues Moraes (2017), é a esta literatura que Candido vai atribuir a “função humanizadora”, que pode ser traduzida como uma espécie de missão civilizadora, já que, grosso modo, implica na assimilação do indivíduo “primitivo” pela cultura “civilizada”, para supostamente transformá-lo num espírito “livre”, condição sine qua non para se alcançar “autonomia” no mundo.

34 Criação & Crítica

ao elencar as melhores representações da literatura, acaba por compartilhar com o escritor liberal o gosto pelas mesmas obras: Cervantes, Dante, Victor Hugo, Goethe, Dostoievski, além de outros autores europeus, infinitamente eleitos para compor a biblioteca da nossa humanidade. Logo, o que podemos ler em tais intelectuais senão que a literatura é esse desfecho incontornável, que nos diz – sem deixar espaço para dúvidas – que, sem ela, viveríamos todos como animais, relegados à barbárie dos homens pré-históricos, que se matavam entre si para se comer e reproduzir, ou à barbárie dos homens da pós-história, que lucram e sentem prazer com a fome e a dor dos considerados destituídos de mérito para viver.

De fato, soa nobre o papel dessa literatura, de uma nobreza extremamente convincente e comovente, porque se mostra como o resultado de uma coerência argumentativa tão sólida e, ao mesmo tempo, de uma sensibilidade tão aguçada para o sublime, que até um liberal e um marxista renunciam às suas diferenças teórico-políticas, para assinarem a petição de defesa do ser da literatura. Um documento de verve universal que, evidentemente, não podemos manuseá-lo com as próprias mãos, já que nunca fora escrito, porém, que se faz ler em cada uma de suas manifestações discursivas, feito as palavras de Jesus, que não precisaram ser escritas por ele para estarem em todos os lugares. Trata-se mesmo de um consenso de aparência antiga, que ouvimos ser repetido sobretudo na sala de aula (RANCIÈRE, 2015), ao professor proferir o longo e eloquente elogio ao belo, com a concomitante exclusão do feio – seja de maneira incisiva, como no “lixo impresso” de Llosa, seja de maneira velada, como no “canto do índio” de Candido. Em outras palavras, desde muito cedo, passamos a não ter dúvidas – e nem provas – de que a literatura é necessária para a nossa própria preservação enquanto seres sociais¹⁶, uma vez que, sem ela, o que nos restaria senão a barbárie, esse segredo maldito que ainda nos emergirá do mais profundo íntimo, para concretizar a já profetizada guerra de todos contra todos (HOBBS apud RIBEIRO, 2006). Compartilhamos, então, desse medo generalizado de que o apocalipse finalmente aconteça à morte anunciada da literatura¹⁷, e condicionados para ver esse perigo em todos os lugares, sempre à nossa espreita, lançamos mão disso que nos fora vendido como o último recurso racional, para reconhecemos a subscrição daquela mesma petição – sem poder ler-lhe o que traz escrito – a fim de identificarmos em nós mesmos o direito de compor o grupo dos

¹⁶ Segundo Antonie Compagnon (2009, p. 51), “O próprio da literatura é a análise das relações sempre particulares que reúnem as crenças, as emoções, a imaginação e a ação, o que faz com que ela encerre um saber insubstituível, circunstanciado e não resumível sobre a natureza humana, um saber de singularidades”.

¹⁷ O anúncio da morte cria o ambiente da ameaça, do perigo da extinção, do medo do fim. Em contrapartida, surge o movimento de defesa da coisa ameaçada, por meio a partir da conservação do que lhe possa parecer ser mais característico, mais representativo de sua “essência”. Como destaca Rancière (2017, p. 28), dentro do ambiente das literaturas europeias, o que parece ter se transformado em objeto de conservação são os chamados “saberes tradicionais”, tudo aquilo que, em tese, comporia a identidade do Velho Continente.

34 Criação & Crítica

intelectuais (FOUCAULT, 2010b, p. 08-14), o grupo dos representantes da derradeira esperança de salvação do homem, pois portadores deste conhecimento independente – autoproducente e autorregulador (FERREIRA DA SILVA, 2006) de sua própria legitimidade – que nunca se curva a nada, nem à pergunta disfuncional que põe tudo a perder ao expor ao outro os elementos constituintes do próprio ser.

Mas a verdade é que ficamos estáticos diante da silhueta ameaçadora de um inimigo – que nunca chega. Por isso é que digo que devemos derrubar o mito literário, e parar de ignorar o fato de aquela petição original ser uma abstração: se não nos lembramos do momento em que a subscrevemos pela primeira vez, é porque nunca houve a tal assembleia, donde todos teriam saído convencidos da importância de abdicar do direito da dúvida, em prol da defesa de tal absoluto. Ora, dentro do nosso meio acadêmico-intelectual, sempre foi fácil imaginarmos o ser da literatura estendendo a sua força humanitária para resgatar todas as vidas da escuridão, mas é preciso que reconheçamos que é justamente esse discurso, gravado em nossas cabeças, que nos impede de olharmos um pouco mais além dos limites jurídicos de nosso meio, para percebermos que essa literatura não foi construída para acolher indistintamente: há os que ficam impedidos de participar da constituição do comum literário, mesmo eles compartilhando da condição humana para a ficcionalização de suas experiências (RANCIÈRE, 2014). A obra de Carolina Maria de Jesus, por exemplo, o que a impede afinal de compor o cânone de nossa literatura? Em outras palavras, o que justifica esse caso de discriminação? Eis uma acusação grave, em se tratando do campo do saber que mais nos inspira humanidade, mas o fato é que, a partir das experiências vanguardistas do começo do século XX, não há mais propriedades discursivas que nos permitam afirmar – sem cair numa das milhares exceções à regra – que um texto é ou não literário (RANCIÈRE, 2017, p. 39). Logo, como explicar essa característica incômoda do ser da literatura, senão pela existência de critérios não evidentes – mas estruturais – que, grosso modo, classificam ser algumas experiências mais humanas do que outras, para se transformarem em ficção literária. Ora, se mesmo antes de Platão (RANCIÈRE, 2017) a figura daquele que fala é fundamental na composição de qualquer modo de discurso proferido na pólis, inclusive o mimético; se a retórica moderna inicia seu elogio à literatura pela valoração da figura romântica do gênio, da “individualidade poderosa”, em detrimento da obra (BLANCHOT, 2005, p. 286); e se o trabalho arqueológico de Foucault (2001, p. 273) conseguiu nos demonstrar que o nome próprio do autor ainda hoje tem peso na composição do ser do discurso literário, como podemos aceitar que a explicação para tal tratamento se encontra no “valor” estético¹⁸ da obra em compor a biblioteca da nossa humanidade?

¹⁸ A crítica aqui é voltada à ideia de que “o valor de uma obra é inteiramente inerente a ela”, o que, pondera Ginzburg (2012, p. 43), trata-se de uma estratégia de substancialização do “valor”, que deixa de ser pensado como mera “atribuição”.

34 Criação & Crítica

Grada Kilomba, uma intelectual que provavelmente seria barrada pelos seguranças da “alta cultura”, caso tentasse tomar a fila da subscrição da petição de defesa da literatura¹⁹, é quem me ajuda a ensaiar uma resposta para essa pergunta delicada, ao afirmar que o ambiente acadêmico ocidental se articula, sobretudo, por meio de conceitos “intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial” (KILOMBA, 2019, p. 50). Não é à toa, segundo Kilomba, que excluamos justo a universidade do rol de instituições em que operam os mecanismos discursivos de invisibilização das marcas que informam as condições da produção de suas disciplinas e seus saberes. O que chamamos de “conhecimento”, “erudição”, “ciência” nesse espaço são, na verdade, uma dentre outras formas existentes de conhecimento, erudição e ciência. Se usamos tais palavras no singular, é porque a ordem do discurso que nos circunscreve e constitui na academia sustenta a legitimidade de seu poder a partir da insistência em oferecer apenas uma única narrativa – a contada pela autoridade racial branca – sobre a formação de um suposto sistema de pensamento universal, um absoluto para o qual tudo ao final se convergiria para chegar progressivamente no status quo, mas que é justamente um tipo de maquinaria discursiva criada para adequar ou apagar tudo o que por ela é categorizado como diferença, mesmo que o saber marginalizado pudesse ser classificado *lato sensu*²⁰ de conhecimento, erudição, ciência, conforme os critérios de produção da racionalidade ocidental. Dentro do ambiente universitário, as aberturas epistemológicas se mostram então escassas e seletivas para a manifestação do “anormal” (FOUCAULT, 2002), que, quando consegue entrar nesse circuito acadêmico, é-lhe demandada a criação de novos arranjos discursivos, de muitas negociações com o poder, para assim se tornar visível e legível a tal comunidade – ainda que mantendo seu estatuto de estrangeiro. E por se tratar a priori de um lugar hostil à diferença, é que, como já dito, entendo que, nele, a pergunta desempenha precipuamente a função pedagógica de reproduzir as relações de hierarquia (entre os saberes, entre os interlocutores), afastando as possibilidades de produção de questões que ponham em xeque toda a liturgia do poder. Afinal, aponta Kilomba (2019, p. 50-52), é sintomático – de um ambiente

¹⁹ A afirmação nos suscita a pergunta: mas quais os critérios para se assinar tal petição? Ora, segundo Paul B. Preciado (2014), em nossa sociedade, toda hipótese contratualista tem seus fundamentos inscritos nas formas naturalizadas de suas práticas e discursos com o outro. Ou seja, a maneira como a nossa humanidade se fronteira com o animal do outro é o que diz o que torna um ser capaz ou incapaz para fazer parte da comunidade. Então, quando Kilomba (2019, p. 59-62) lembra como seu corpo não era lido, pelos funcionários de uma grande universidade alemã, como pertencente àquele ambiente, é dentro dessa perspectiva que faço minha afirmação. Cabe também lembrar a crítica de Spivak (2014) sobre a transparência do corpo do intelectual ocidental, que, ao se esquivar de sua responsabilidade institucional, cria a figura de sujeito irrepresentável, sem localização no mapa dos interesses. Evidentemente que esse lugar não poderia ser ocupado por uma pessoa cujo corpo é totalmente marcado pela raça e pelo gênero.

²⁰ Penso aqui a noção de “violência epistêmica”, de Spivak (2014). Pois, assim como chamar a obra de Homero de literatura possa implicar em desconsiderar diversos elementos culturais de sua constituição, generalizar o uso das palavras “conhecimento”, “erudição” e “ciência” pode acabar por resultar numa técnica de dominação e sujeição das produções culturais de outras culturas à cultura ocidental.

34 Criação & Crítica

autoritário – o fato de pouco questionarmos, no momento de produzir nossas reflexões mais sofisticadas, o porquê de todo saber nascer em territórios brancos do norte do globo; ou o porquê de pretos, indígenas e asiáticos se mostrarem incapazes de produzir algo racional o suficiente que valha a pena ser metodicamente ensinado à população – parecendo mais adequado que eles participem da construção do universal somente na forma de objetos de análise²¹, como elementos composicionais da paisagem exótica que o colonizador europeu se maravilhou ou se espantou ao encontrar, cada vez que se lançava em aventuras por terras longínquas, lugares que pareciam estar à espera de lhes serem descobertos, para finalmente comporem a representação cosmológica oficial do que deveria ser o verdadeiro mundo.

Ora, se somos instruídos a pensar pouco a partir de tais questões, tornamo-nos ainda menos capazes de avaliar as consequências de defendermos a reprodução de uma realidade que se materializa por meio dessa unidade narrativa segregadora. Gayatri Chakravorty Spivak (2014) nos alerta, inclusive, que, da maneira como constituímos nossa subjetividade, dificilmente conseguiremos ouvir as pessoas subalternizadas, pois as temos soterrado sob várias camadas epistêmicas, enquanto condicionante para erigir o edifício de nossa identidade²². Logo, se este é o contexto epistêmico e ontológico do qual surge tudo o que produzimos nos últimos séculos, penso que, se ainda quisermos de fato sustentar a afirmação de que o que chamamos de literatura se tornou em um dos poucos lugares de nosso mundo em que tais vozes silenciadas conseguem se emergir a nós (SEVCENKO, 2014²³; RANCIÈRE, 2017), talvez precisemos nos acostumar a contar com a impossibilidade de ditarmos quais são as primeiras perguntas cujas respostas devem estabelecer as bases da literatura (SPIVAK, 2014, p. 103). Em outras palavras, o que sugiro por meio deste ensaio é: se nosso propósito não é o da mera reprodução da ordem discursiva do poder, parece-

²¹ Nas palavras de Kilomba (2019, p. 72): “Na maioria dos estudos, nos tornamos visíveis não através de nossas próprias autopercepções e autodeterminações, mas sim através da percepção e do interesse político da cultura nacional branca dominante (...)”.

²² Dou um exemplo. Há milênios, Aristóteles (2002) já buscava sistematizar uma justificação para a separação estabelecida dentro da pólis ateniense, entre os detentores do direito de decidir sobre a coisa pública e os que deveriam se restringir à reprodução da decisão; assim, o filósofo de Estagira formulou a ideia do “animal político”, do ser inerentemente portador da palavra (lógos), que se contrapunha aos demais animais, de cuja boca emitir-se-ia apenas ruído (phoné); o primeiro eram os homens naturais da cidade, reconhecidos pelo título de cidadãos, e o segundo era um grupo heterogêneo composto sobretudo de mulheres e escravos, aos quais apenas restava aceitar que seus interesses e desejos fossem representados através da fala de seus representantes (respectivamente, o marido e o senhor); ora, e foi justamente sob esse pressuposto aristotélico do “animal político” que desenvolvemos o nosso modelo de regime de governo democrático (RANCIÈRE, 2018); logo, se considerarmos que essas categorias permanecem – atualizadas, evidentemente – no século XXI, produzindo ainda efeitos segregadores, não me parece exagero afirmar que somos mesmo o resultado de um legado cultural criado para nos fazer surdos às vozes excluídas da ordem do discurso.

²³ “A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (SEVCENKO, 2014, p. 30).

34 Criação & Crítica

me crucial que nós, os representantes da autoridade racial-colonial²⁴, renunciemos ao direito de continuar a recuperar a falsa pergunta de “O que é a literatura?”, que nos tem garantido o privilégio de ocupar o papel de sábios neste mundo, e que assumamos o risco de não mais defendermos a existência de um ser da literatura²⁵: permitamo-nos, pois, pensá-la na diferença.

Todavia, para isso, precisamos também enfrentar o medo fundador da modernidade, e aceitarmos que a nossa humanidade não está ameaçada pela barbárie – a barbárie não é o estrangeiro, ela nem está fora, porque ela é parte constitutiva da cultura ocidental. Essa é mais uma afirmativa cuja delicadeza eu a reconheço, principalmente num momento em que revivemos no Brasil o fantasma do autoritarismo, na figura de um indivíduo com corpo e nome próprio²⁶. Arrisco-me a dizer, entretanto, que essa hesitação é parte de nossa dificuldade em construir uma crítica de si: porquanto nos vemos novamente na posição de seres acuados por um inimigo que nos sorri com ironia, como se, adivinhando a grande revolução que organizávamos, ressurgisse para nos impedir outra vez de realizá-la, impondo-nos uma nova situação de risco, forçando-nos a recuperar, em prol da autopreservação, o binômio – tão familiar – da humanidade-versus-barbárie, cujo efeito discursivo mais imediato, ao seu acionamento, é nos fazer acreditar que os termos dessa oposição ético-política asseguram a pureza de nossa essência. Bradamos: “sou humanista, estou contra a barbárie!” E com tal certeza, instala-se a ilusão que nos diferiria do

²⁴ E aqui, devo ressaltar a minha diferença racial: não sou branco, sou um homem amarelo, um brasileiro asiático. Isso quer dizer que não constituo parte do núcleo de dominação da branquitude, embora colabore nesse sistema que tem o negro como seu inimigo.

²⁵ Com tal proposta, tento me distanciar de duas estratégias concorrentes. A primeira, é a dos que advogam pela utilização do topos metafísico para supostamente subverter o sistema discursivo dominante. Ou seja, os resultados positivos da suposta função humanizadora da literatura compensariam eventuais desvios de sentido, causados pelo determinismo ontológico. Todavia, essa explicação me parece subestimar a força das ilusões do “ser” e da “substância”, capazes de nos fazer “crer que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (BUTLER, 2016, p. 49). Eis o perigo de se apropriar de certas técnicas do poder: as coisas passam a se encaixar tão simplesmente, de maneira tão fluida, óbvia, que deixamos de lembrar que esse é um sinal da eficácia desse discurso. A ordem se instala, e a nossa fé na linguagem – de que tudo o que ela expressa existe – acaba por se traduzir na vontade que alguns têm de que a literatura seja a causa dos pensamentos dos homens, quando sua realidade é tão somente linguística, ou seja, ela não existe para fora da ordem do discurso. Não há substância, nem um lugar em que a essência da literatura exista à espera de sua decifração pelos filósofos. Por isso, insisto, se a intenção é encontrar outra coisa que não o absoluto, é preciso abdicar da ontologia. E a segunda estratégia, ela é empregada entre os que advogam pela saída do intelectual desse cenário de disputas de poder, a fim de dar espaço para que a pessoa subalternizada fale por si – entretanto, não há esse ideal de “fora”, o intelectual permanece nas disputas de poder; e à pessoa subalternizada nunca lhe é permitido falar dentro da ordem do discurso. O grande problema de tal estratégia é, nas palavras de Spivak (2014, p. 56), a recuperação do “sujeito transparente”, desse sujeito não representado que serve aos intelectuais como estratégia de continuar a analisar o funcionamento do poder, e do desejo, mas sem a responsabilidade política perante os subalternizados.

²⁶ Como nos ensina Guimarães Rosa em Grande sertão: veredas, no Brasil, o demônio tem muitos nomes: Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão, Augusto Heleno, Paulo Guedes, Onyx Lorenzoni, Braga Netto, Ricardo Salles, Damaris Alves, Abraham Weintraub etc.

34 Criação & Crítica

inimigo, e que por conseguinte legitimaria a nossa percepção de não responsáveis pelas práticas realizadas pelos representantes do mal. E deixamos mais uma vez a transformação para o amanhã, a fim de salvarmos a todos diante da revelação da iminência do fim do mundo. Essa sensação nos faz, então, ter certeza de que fazemos parte da solução, não do problema: e assim agimos, como se houvesse apenas certeza na inconfundibilidade das essências, mesmo que, quando convidados a oferecer maiores esclarecimentos a respeito de tal oposição, não consigamos muito bem definir, com a mesma clareza e rapidez observadas na recuperação do binômio, o que particulariza cada um dos polos, para além das manifestações das intenções.

Choca-nos pensar, por conseguinte, que a “humanidade” seja uma palavra com tão pouco sentido salvacionista a pessoas como Ailton Krenak (2019), que vai nos dizer, a partir da história de seu povo, que “a falsificação ideológica que sugere que nós temos paz” não passa de estratégia discursiva, cujo efeito maior é a manutenção dessa organização social que se nutre do extermínio dos corpos indígenas, desde que os portugueses colocaram os pés nestas terras (KRENAK, 2019). Na verdade, amplia Krenak (2018) o seu diagnóstico: “paz [não existe] em lugar nenhum, é guerra em todos os lugares, o tempo todo”; vivemos num “estado permanente” de conflitos, que tem seus efeitos reconhecíveis não apenas no número de vítimas; também, na maneira como as relações entre os corpos são constituídas em seu interior, separando o todo entre os que devem viver e os que são corpos matáveis, em prol da manutenção da ordem (MBEMBE, 2019). Se tememos a consolidação de uma barbárie, é porque desconsideramos como importante todas as histórias que nos mostram que, durante séculos, muitas pessoas “foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, [para serem] jogadas nesse liquidificador chamado humanidade” (KRENAK, 2019). Logo, que tipo de medo é esse que, de tão ameaçador, justifica adiarmos o fim do recurso ao destino ontológico, para abraçarmos a dúvida oferecida por aqueles que chamamos de “outros”?

Em parte, nós ainda somos homens europeus do século XVIII, ou seja, continuamos a conhecer as coisas a partir do estabelecimento da verdade de nossas impressões sensíveis, a tornar lei a nossa intuição sobre tudo (FERREIRA DA SILVA, 2016, p. 60). E diante daquilo que foge do rol finito de possibilidades de identificação desse sistema, não há curiosidade em apreendê-lo pelo saber: há, sim, medo. Pois, ao atrapalhar o processo de separação dos corpos, para os identificar, o diferente, que tanto se afasta da norma, desorganiza-nos a princípio, dificulta a nossa performance de controle sobre o caos: faz o bom se confundir com o mau, o justo se aproximar do injusto, faz as palavras deixarem de se referir às coisas que deveriam designar. E isso nos traz a sensação de ameaça, visto que desestabiliza essa realidade que só consegue manter a legitimidade de sua narrativa mediante o apagamento de tudo para o qual não consegue dar uma função. Por isso, numa sociedade que tanto investe na crença da unidade de seu espírito, a mera visibilidade

34 Criação & Crítica

do diferente faz multiplicar descontroladamente espaços, tempos e sentidos imprevistos, e justamente por meio dessa constatação, lida a priori de forma negativa, é que imagino como possível uma abertura para a criação de uma outra literatura, diferente daquela fundamentada na ligação entre formas de pensar e formas de escrever, porquanto pensada por meio de outras epistemologias, de outros arranjos discursivos, de outras lógicas políticas. Falo duma literatura caracterizada por esgarçar os limites do sistema de criação e reprodução de identidades, para nos tornar capazes de reconhecer outros mundos, tornar-nos sensíveis ao que, no estado de partilha atual (RANCIÈRE, 2014), não nos afeta nem estética, nem ética, nem politicamente (FERREIRA DA SILVA, 2016). Uma literatura da qual devemos esperar, em alguma medida, o desconforto à leitura; não porque fora necessariamente escrita para gerar tal efeito, mas porque traz consigo experiências cujas formas violentam a sensibilidade desse leitor que fomos programados para ser: habituado a uma única narrativa de um único mundo, onde tudo se concatena para a construção de um sentido positivo da unidade da nossa humanidade.

Ademais, acredito que essa “outra” literatura – ou “outras” – já exista. Afinal, ela não precisaria esperar por nossa autorização para circular, nem que estivéssemos preparados para lê-la. Se ainda não a notamos como arte literária, muito provavelmente, é porque a vemos como outra coisa: um discurso não-literário por ser ora muito autobiográfico ou insistente numa única temática²⁷, ora muito “político” ou “panfletário”, ora repleto de erros, sobretudo ortográficos e sintáticos, ora deficitário no atendimento às regras dos gêneros da bela escrita, ou até mesmo por supostamente trazer consigo histórias que não despertam a atenção do público leitor, ao falar de pessoas e de coisas que “ninguém” se interessaria em consumir, e trazer detalhes supérfluos, que estão longe de compor os grandes objetivos editoriais²⁸. Em

²⁷ Podemos considerar como “temáticas” carentes de universalidade estética, por uma parte da crítica literária: a escravidão, o colonialismo, o racismo contra as pessoas não-brancas, a violência contra as mulheres, a violência contra as pessoas não-heteronormativas.

²⁸ Exemplo. Ao se propor analisar (muito superficialmente) as obras produzidas por escritores brasileiros de descendência japonesa, Marcel Vejmelka (2014, p. 213-214) vai afirmar o seguinte: “Trata-se de uma produção que só a partir dos anos 1980 começa a se perfilar enquanto “literatura”, com intenções e ambições para além da memória da comunidade imediata, e mesmo assim continua limitada à (auto)biografia de imigrantes ou à memória mais generalizada da imigração, sempre com uma circulação à margem do sistema literário brasileiro. (...) apesar da existência de vários romances sobre a temática, a produção não ganhou uma posição de destaque no quadro da literatura brasileira, enquanto conjunto de obras consagradas e integradas na formação de uma tradição literária (Candido, 2000)”. Vejmelka (2014, p. 216) faz tais afirmações para introduzir, de fato, o seu objetivo, que é tratar do que vai considerar como literatura (sem aspas): “Em contrapartida, há uma presença notável de temas japoneses na atual literatura brasileira – sem que os autores tenham ligação biográfica com o Japão –, um fenômeno (...) que apresenta leituras, interpretações e representações da cultura japonesa bem variadas, complexas e “integradoras” dessa temática no contexto literário brasileiro. São leituras do Japão que ainda têm ligação com a dimensão histórica da imigração japonesa no Brasil e com questões da identidade brasileira, mas que tratam principalmente de significados universais das culturas japonesa e brasileira no contexto do século XXI”. Há muito que eu poderia comentar sobre os trechos. Não obstante, nesta nota de rodapé, vale ressaltar que Vejmelka parece ignorar, em sua

34 Criação & Crítica

suma, “lixo impresso” ou “canto de índio”. Entretanto, a mudança desse quadro virá. Só não me perguntem quando ou de onde. Pois, enquanto negocio com o poder os termos do meu contrato de defesa daquela literatura, preciso renunciar ao “direito jurídico” de ser o autor de uma resposta. Temo por acabar tentando humanizar indiscriminadamente as pessoas. Por isso, melhor continuar a participar da construção da dúvida.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. A política. Trad. Roberto Leal Freire. 2ª ed., 3ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BLANCHOT, M. O livro por vir. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BUTLER, J. Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 10º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. Vários escritos. 5º ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.
- CARPEAUX, O. M. A literatura greco-latina, por Carpeaux. São Paulo: Leya, 2012.
- CASTILHO, A. T., ELIAS, V. M. Pequena gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.
- COMPAGNON, A. Literatura para quê? Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- DERRIDA, J. Mal de arquivo – Uma impressão freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2001.
- DERRIDA, J. Essa estranha instituição chamada literatura – Uma entrevista com Jacques Derrida. Trad. Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- FERREIRA DA SILVA, D. Sobre diferença sem separabilidade. Catálogo da 32ª Bienal de São Paulo. São Paulo, 2016, p. 57-65.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20º ed. São Paulo: Loyola, 2010a.
- FOUCAULT, M. Isso não é um cachimbo. 5ª ed. Trad. Jorge Coli. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

análise, os fatos (não consegue se perguntar, por exemplo, o motivo de haver uma insistência “temática” por parte dos escritores brasileiros de descendentes de japonesa, muito menos conectar a falta de “destaque” de tais obras à característica discriminatória racial desta instituição chamada literatura brasileira, que exclui ou embranquece os não-brancos do rol de seus escritores, representantes nacionais para compor a biblioteca mundial da humanidade), em prol da defesa do argumento da “universalidade” do status quo da instituição literária.

34 Criação & Crítica

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. R. Machado. 28ª reimpressão. São Paulo: Graal, 2010b.

FOUCAULT, M. "O que é um autor?" *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

GINZBURG, J. "O valor estético: entre universalidade e exclusão". *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 39-59.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir – A educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. E-book.

KRENAK, A. In. *Guerras do Brasil. Episódio 1 – Guerras de conquista*. Direção de Luiz Bolognesi. São Paulo: Curta!, 2019. (26 min). Disponível em: <<https://cutt.ly/PbphgEK>>. Acesso em: 28/04/2021.

LEOPOLDO E SILVA, F. *O outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LLOSA, Vargas. "Em defesa do romance". *Revista Piauí*, São Paulo, ed. 37, outubro de 2009. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/em-defesa-do-romance/>>. Acesso em: 27/03/2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2019.

MORAES, Anita Martins Rodrigues. *A função da literatura nos trópicos: notas sobre as premissas evolucionistas de Antonio Candido*. *Revista Cerrados*, n. 45, ano 26, Brasília, 2017.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1, 2015.

PLATÃO. *A República*. Trad. J. Guinsburg. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível – Estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. 2ª ed. São Paulo: 34, 2014.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento – Política e filosofia*. 2ª ed. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante – cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lilian do Valle. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RANCIÈRE, J. *Les démocraties contre la démocratie*. In. AGAMBEN, G., BADIOU, A., BENSÁID, D., BROWN, W., NANCY, J. L., RANCIÈRE, J., ROSS, K., ZIZEK, S. *Démocratie, dans quel état ?* Paris : Écosociété, 2009, p. 66-70.

RANCIÈRE, J. *Políticas da escrita*. Trad. R. Ramalhete, L. E. Vilanova, L. Vassalo, E. A. Ribeiro. 2ª ed. São Paulo: 34, 2017.

SARAMAGO, J. *Democracia e universidade*. Belém: UFPA e Fundação José Saramago, 2013.

34 Criação & Crítica

SEVCENKO, N. Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Trad. S. R. G. Almeida, M. P. Feitosa e A. P. Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

VEJMEKKA, Marcel. O Japão na literatura brasileira atual. Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 43, jan/dez. 2014, p. 213-234.

Recebido em: 03/09/2022

Aceito em: 21/11/2022